

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011507-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **GIOVANA APARECIDA DA SILVA**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

A autora Giovana Aparecida da Silva, neste ato representada por sua genitora, a Sra. Maria Aparecida Marques da Silva, propôs a presente ação contra a ré Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., alegando que no dia 14/05/2014, devido a acidente de trânsito, a vítima sofreu TCE grave, com edema cerebral, sendo necessária drenagem e trauma abdominal comprometendo órgãos internos. Que foi realizado tratamento cirúrgico de toracotomia e laparotomia exploradora. Que foi constatado o déficit de 40%. Pede a condenação da ré ao pagamento no valor total da cobertura, qual seja: R\$ 13.500,00.

Em contestação de folhas 46/60, a ré alega em sede de preliminar a carência da ação, pela falta de interesse processual, fundada na alegação de que a autora deveria, primeiramente, ter-se socorrido da via administrativa para receber eventual indenização. Alega, também, a falta de pressuposto processual, por conta da ausência de documento essencial para a propositura da ação, qual seja: o laudo do exame de corpo de delito. Aduz também que o boletim de ocorrência acostado aos autos foi realizado de maneira unilateral, apenas constando as alegações da autora. Requer a extinção sem julgamento do mérito no caso de acolhimento das preliminares e, não havendo, a total improcedência da ação.

Manifestação à contestação às fls. 83/87.

Relatado o essencial. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

De início, afasto a preliminar de falta de pressuposto processual com fundamento na ausência de laudo de exame de corpo de delito porque a ausência dele não impede que as sequelas do acidente sejam constatadas por outros meios. Vejamos:

0192415-84.2012.8.26.0100 – Apelação /Acidente de Trânsito

Relator(a): Silvia Rocha

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 18/03/2015

Data de registro: 18/03/2015

Ementa: Ação de cobrança Seguro obrigatório (DPVAT) - "O recebimento do seguro obrigatório implica tão-somente quitação das verbas especificamente recebidas, não inibindo o beneficiário de promover a cobrança de eventual diferença" - Súmula 09 do TJSP. - **Ausência de documento indispensável à propositura da demanda - Inocorrência - Laudo de exame de corpo de delito do autor não é documento indispensável à propositura da ação, porque a apuração da existência de sequelas incapacitantes, decorrentes do acidente que ele sofreu, pode ser efetuada por outras provas.** - Repele-se alegação de cerceamento de defesa por falta de realização de perícia médica no autor, se há prova suficiente, nos autos, de sua incapacidade. - Verificado o julgamento ultra petita, afasta-se o excesso. Inaplicável a Lei nº 6.194/74, que limitava o valor da indenização de seguro obrigatório ao equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para os casos de invalidez, vez que o art. 3º, alínea "a" da Lei nº 6.194/74 foi revogado pelas Leis nos 6.205/75 e 6.423/77 e modificado pela Lei nº 11.482/07, leis vigentes na data do sinistro. - Constatada que a invalidez do autor é total e permanente, dadas as suas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

circunstâncias, faz ele jus ao recebimento do total da indenização securitária, reservada para incapacidade total. - Correção monetária incide desde a data do pagamento parcial e juros contam-se da citação à taxa mensal de 1% - Recurso parcialmente provido.

Afasto, também, a preliminar de carência da ação por falta de interesse processual, com base na alegação de que a autora deveria primeiro ter se socorrido da via administrativa, e é assim por quê:

Nesse sentido:

1016435-62.2014.8.26.0577 Apelação / Acidente de Trânsito

Relator(a): Walter Cesar Exner

Comarca: São José dos Campos

Órgão julgador: 36ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 07/05/2015

Data de registro: 07/05/2015

Ementa: Seguro DPVAT. Cobrança. Irrelevância de prévio requerimento administrativo para o ajuizamento da ação (art. 5º, XXXV, CF). Requerimento, porém, devidamente comprovado nos autos, bem como o pagamento de valor reputado insuficiente pelo autor. Desnecessidade de esgotamento da via administrativa reconhecida na própria sentença. Decisão reformada. Recurso provido.

Pretende a autora o recebimento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$13.500,00, valor máximo da tabela SUSEP, em decorrência das sequelas do acidente de trânsito sofrido em 27/10/2013.

O laudo pericial de fls. 18, confeccionado pela Dra. Aline Fátima da Silva, na qualidade de fisioterapeuta, dá conta de que “(...) devido ao quadro descrito, há limitação em 40%”. Assim sendo, Dessa maneira, a autora faz jus ao recebimento de valor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

equivalente a 40% do total de R\$ 13.500,00 da tabela SUSEP, correspondente, à época do acidente, a R\$5.400,00. Como a ré não comprovou ter efetuado nenhum pagamento pela via administrativa, em nada se reduz o valor da indenização.

Assim, faz jus a autora ao recebimento da quantia de R\$5.400,00, devidamente atualizada pela tabela prática de atualização dos débitos judiciais do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, desde a data do sinistro até a data do efetivo pagamento, com incidência de juros de mora desde a citação. Fixo os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da causa, ante o bom trabalho realizado pelo patrono da autora. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 08 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**